

Feministas de todo o Brasil presentes no I Encontro Nacional da AMB

No dia 07 de dezembro de 2006, em Goiânia, depois de caminharem pelas ruas do Setor Universitário, as participantes do I Encontro Nacional da AMB, montaram coletivamente um grande painel em plena praça. Estava aberto o I Encontro Nacional da AMB.

Ao final da caminhada, feita com muita animação e palavras de ordem, cerca de 500 feministas - de diversos estados, de diferentes raças e classes sociais, com diferentes idades e saberes 'tomaram posse' da Universidade Católica de Goiás(UCG), local onde aconteceu o evento. Recebidas pelo Fórum Goiano de Mulheres, as participantes do Encontro foram saudadas pelo Comitê Político Nacional da AMB e pelas atuais integrantes da Secretaria Executiva, que apresentaram uma breve retrospectiva dos 12 anos de história da AMB e a leitura da [Carta de Princípios](#) desse I Encontro.

Os sentidos da Ação Transformadora Feminista

Para dar o pontapé inicial dos debates e subsidiar as reflexões pautadas no I Encontro, foram convidadas como palestrantes da mesa de abertura Lilián Celiberti (Cotidiano Mujer/Uruguai) e Betânia Ávila (SOS Corpo/Brasil). As feministas falaram sobre os significados do feminismo na América Latina e no Brasil, nos últimos anos, e a direção para onde deve apontar a ação do feminismo, de modo que este movimento não perca sua força transformadora.

Lilián apontou o desafio feminista de construir uma identidade política latino-americana, inclusive pelo fato de que 'enfrentamos uma batalha conceitual e política sobre os processos de integração'. Para ela, a análise do movimento feminista sobre as diferentes propostas e o modo como os processos de integração impactam na vida das mulheres da região, deve ser uma prioridade, na perspectiva de qualificar o debate público sobre o tema e de construir alternativas.

Para Betânia Ávila, o sentido de transformar a vida das mulheres é o de transformar as relações sociais que aí estão. Entre outros exemplos, Betânia citou a exploração atual sobre o trabalho das mulheres, que na globalização neoliberal retomou práticas do século XIX. Para a socióloga, o sentido da luta do movimento feminista é do local ao internacional e 'não podemos mais pensar o Brasil em separado, o Brasil é parte da América Latina e o sentido da luta feminista é latino-americano e em cada aldeia latino-americana'.

Leia mais sobre [Os sentidos da ação transformadora feminista -Betânia Ávila](#)

Em breve, divulgaremos a palestra de Lilián Celiberti.

Sobre o Encontro Nacional

- Temas: O Contexto da Luta Feminista no Brasil e na América Latina

- Temas: Antigas e novas problemáticas que desafiam o feminismo

Edição: Paula de Andrade (sobre textos de Camilla Valladares, Silvia Camurça, Paula de Andrade)

Encontro Nacional - o contexto da luta feminista

No dia 08, segundo dia do Encontro, os grupos de discussão sobre contexto da luta feminista no Brasil e demais países da América Latina apontaram que o movimento feminista está desafiado a enfrentar as conjunturas locais, nacionais e regionais de nosso continente, tanto naquilo que têm de semelhantes, como em suas especificidades.

É preciso enfrentar as conjunturas econômicas, decorrentes da globalização neoliberal, e as conjunturas políticas e dinâmicas culturais, considerando novas e velhas formas de produção e

reprodução da dominação, discriminação, exclusão e ainda a condição de pobreza entre as mulheres.

Durante os debates, foi ressaltado que parte desta conjuntura são também as lutas de resistência e por transformação que emergem por todo o continente latino-americano.

Antigas e novas problemáticas que desafiam o feminismo

A atuação das mulheres como sujeito político feminista está mudando o mundo e suas próprias vidas. As mudanças ocorrem em vários planos e de vários modos, assim como o enfrentamento de antigas e novas problemáticas. No encontro, foram realizadas simultaneamente 12 oficinas para uma reflexão crítica feminista sobre a desigualdade das mulheres, que se expressa nas condições de vida, na ausência de autonomia, nas interdições da livre expressão, nos abusos em relação ao corpo e à dignidade das mulheres.

Três oficinas trataram de antigas problemáticas e desafios da luta feminista: "Liberdade sexual", "Auto-determinação reprodutiva" e "Dominação Patriarcal". Nesta última, avaliou-se que Gênero, por ser categoria analítica, não é suficiente para politizar o feminismo e é preciso retomar a radicalidade do movimento feminista.

Outras duas abordaram "Justiça Ambiental" e "Mulheres em Conflitos Ambientais". A primeira, aprofundando uma problemática que precisa ser retomada numa agenda do próprio movimento e a segunda, levando em conta que somos defensoras dos direitos humanos e precisamos conhecer melhor esta realidade. No contexto da globalização, duas outras oficinas focaram "Trabalho e Dupla Jornada" e "Mercantilização do corpo das mulheres".

Uma oficina do Encontro foi dedicada ao tema "Autonomia Econômica das Mulheres", debate central na realidade da base social das mulheres que fazem a AMB. Ainda sobre Economia e Desenvolvimento, aconteceram debates sobre "Políticas Públicas", "Finanças Públicas" e "Integração Latino-Americana e desenvolvimento". Nas duas primeiras, as participantes refletiram principalmente os processos do Plano Plurianual e a preparação do movimento para a segunda Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, convocada pelo Governo Federal para agosto de 2007.

O I Encontro também apontou desafios e possibilidades para a luta feminista na oficina que tratou sobre "Radicalização da democracia política", levando em conta que as mulheres seguem sendo minoria na política, os movimentos estão sendo criminalizados e o sistema político tem muitos problemas, o que dificulta o cumprimento das funções de justiça pelo Estado.

Leia mais sobre as oficinas realizadas dia 09:

I Encontro Nacional da AMB

Tema - Antigas e Novas Problemáticas que desafiam o Feminismo

OFICINA 1 - Autonomia econômica das mulheres: alternativas para enfrentar a pobreza entre as mulheres, distribuir a riqueza e construir uma outra economia.

Considerada como condição imprescindível para garantir liberdade e autodeterminação das mulheres sobre suas vidas, na vida adulta e na velhice, a autonomia econômica foi discutida como a possibilidade de as mulheres proverem seu próprio sustento e de seus dependentes, o que tem sido possível para apenas para algumas poucas mulheres. Para a maioria de nós, especialmente se formos mulheres negras, os desafios são os baixos salários, os empregos precários e informais. Esta é a realidade no trabalho das mulheres das grandes e pequenas cidades, na periferias e no campo.

As políticas públicas governamentais possibilitam, para uma parte de nós, uma renda mínima, o que é justo. Porém, como política, está baseada na manutenção do lugar tradicional das mulheres no cuidado das famílias. Há muitas iniciativas das mulheres em busca de sua auto-sustentação, algumas delas experiências coletivas, como cooperativas e grupos de produção. Mas autonomia econômica é muito mais que projetos de geração de renda com mulheres. Como bandeira de luta feminista, a defesa da autonomia econômica aglutina e impõe alianças com outros movimentos nas lutas:

- por aposentadoria como política voltada para justiça distributiva, porque aposentadoria garante independência econômica para as mulheres idosas;
- contra a política econômica neoliberal, que não gera empregos;
- pela regulamentação do trabalho terceirizado, para garantia de proteção às trabalhadoras assalariadas;
- pela redução da jornada de trabalho e pela redução das horas extras, porque, deste modo, são abertos mais postos de trabalho para outras mulheres;
- pelos direitos das trabalhadoras domésticas;
- pela valorização do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente pelas mulheres;
- a favor da manutenção da aposentadoria para as trabalhadoras rurais e trabalhadoras informais urbanas;
- por direito à terra e à moradia %u2013 direito que possibilita o uso da terra e de espaços urbanos pelas mulheres para fins econômicos.

Também foi debatida no grupo a construção da proposta de economia solidária, como paradigma, por considerar-se que no contexto da globalização, estágio atual do sistema capitalista, será impossível garantir para todas as mulheres a possibilidade de renda suficiente para uma vida cidadã.

OFICINA 2 - Justiça ambiental e as mulheres: enfrentando problemas ambientais e seus impactos na vida das mulheres, no campo e na cidade.

Dos debates, ficou ressaltado que os bens da natureza são parte do meio ambiente: as águas, as árvores, as praias, o petróleo, o sol, o vento, a terra. Os bens culturais da infra-estrutura urbana, bens criados por homens e mulheres, são parte do meio ambiente: as praças, parques, museus, galerias de arte, serviços de esgoto e abastecimento d'água.

Por isso, justiça ambiental se refere à idéia de que os bens - naturais e culturais %u2013 presentes no meio ambiente em que vivemos devem ser partilhados por todas as pessoas e utilizados com cuidado e critério, para que não venham a ser destruídos, principalmente como resultado de um uso em benefícios de apenas alguns, mas que sejam preservados em benefício do usufruto de todas as pessoas. Na oficina, a questão ambiental foi definida como um problema a ser enfrentado na luta feminista, considerando que as mulheres são diretamente afetadas pelos problemas ambientais no campo e na cidade e que uma vida sustentável é condição para uma vida digna para as mulheres.

OFICINA 3 - Mercantilização do corpo das mulheres no contexto da globalização neoliberal: novas e velhas formas de exploração do corpo, exploração sexual e tráfico de mulheres.

A exploração e mercantilização do corpo das mulheres é uma expressão secular, antiga e contemporânea, de opressão e exploração das mulheres. No Brasil esta problemática é vivida

sobretudo pelas mulheres negras e pobres, desde o período colonial, mantendo-se até os dias de hoje.

No contexto de globalização neoliberal, a mercantilização do corpo ganha dimensões internacionais: cresce o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e para o trabalho escravo; aumenta a exploração sexual de meninas e mulheres e o turismo sexual.

A imagem do corpo, associada à venda de mercadorias, também reproduz no plano simbólico a idéia de que o corpo das mulheres pode ser mercantilizado. A liberdade sexual está para além da questão da diversidade sexual, sendo um desafio de mulheres lésbicas e heterossexuais. O tema também foi considerado no âmbito das alianças necessárias dentro e fora do feminismo.

OFICINA 4 - Integração, desenvolvimento e seus impactos: mulheres construindo alternativas sustentáveis para o desenvolvimento e para uma integração solidária na América Latina.

A ALCA, embora ainda seja a proposta hegemônica para integração da América Latina, foi e segue sendo profundamente questionada pelos movimentos sociais, e até mesmo por governos nacionais. Os governos de Evo Morales, Hugo Chávez e o governo Lula apresentam e articulam diferentes alternativas de integração.

Os movimentos sociais, além de colocarem resistência à ALCA, discutem um marco ético político que propõe uma integração da luta dos povos latino-americanos.

A oficina debateu o que o movimento feminista está fazendo em torno da integração latino-americana e para onde é preciso orientar ações. Também foram socializadas informações para o debate crítico sobre o desenvolvimento e os projetos em disputa para a América latina, e na perspectiva de construirmos referenciais para a ação feminista no campo dos movimentos sociais.

OFICINA 5 - As mulheres em conflitos ambientais no campo: defesa da biodiversidade, construção da agroecologia e combate ao agronegócio.

Foram discutidos os impactos do avanço sem limites do agronegócio, baseado na monocultura, no latifúndio e no uso de agrotóxicos e de novas tecnologias genéticas, como as sementes transgênicas e terminator (inférteis). Os problemas ambientais provocam desde o desequilíbrio provocado pelo desmatamento e uso de agrotóxicos aos impactos sobre a saúde e a expulsão de populações inteiras de seus locais de moradia e produção, sem falar na ameaça à biodiversidade. Na oficina, as participantes discutiram o impacto sobre a vida das mulheres a partir da experiência de mulheres que estão enfrentando situação de conflito ambiental e articulando lutas de resistência.

Nos depoimentos, participaram militantes da OMIR (Organização das Mulheres Indígenas de Roraima), conflito com arroteiros; e do Fórum de pescadores e pescadoras do Litoral Cearense, conflito com Carcinocultura.

OFICINA 6 - Divisão sexual do trabalho e ausência de direitos: mulheres enfrentando a situação desigual no trabalho remunerado e não-remunerado, a dupla jornada, o trabalho precarizado e o desvalor do trabalho doméstico.

Foram discutidas as desigualdades vividas pelas mulheres no trabalho remunerado e não-remunerado. As mulheres vivem uma injusta e desigual situação no mercado de trabalho. São a maioria nos postos precários de trabalho, sem acesso a direitos trabalhistas.

Em consequência da injusta divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, as mulheres que realizam trabalho remunerado também são submetidas à dupla jornada, arcando também com toda a carga de trabalho doméstico não-remunerado.

As mulheres estão também submetidas à desigualdade salarial, à discriminação e a violência, como o assédio moral e sexual. Esta situação se agrava se consideramos a realidade das mulheres negras, maioria no trabalho informal e precário, como o emprego doméstico. O trabalho doméstico, não-remunerado, permanece desvalorizado social e economicamente, embora pesquisas mostrem o seu peso na produção da riqueza do país. Esse é um trabalho invisibilizado e assumido por mulheres sem amparo, seja na divisão com seus companheiros, seja por meio de políticas públicas, como creches, restaurantes populares, lavanderias comunitárias etc.

Na oficina, foram discutidas que pautas o movimento feminista deve ter para enfrentar este problema e também informados os riscos de perda de direitos na conjuntura de 2007. O grupo formulou algumas propostas para a AMB na questão do trabalho das mulheres.

OFICINA 7 - As políticas públicas e as políticas para mulheres: desafios para efetivar a igualdade, a justiça e os direitos das mulheres no contexto neoliberal.

O Estado, no Brasil e América Latina, nunca foi democrático, ou seja, nunca foi e nem é um Estado que garante, na prática, a igualdade prevista na lei. A orientação central das políticas públicas sempre esteve a serviço das elites. No Brasil, inicialmente a serviço da coroa portuguesa, depois das oligarquias canavieiras, depois das oligarquias cafeeiras, e, nos anos JK, a serviço dos setores industriais. Hoje, beneficiam o agronegócio e o setor financeiro.

No difícil contexto da globalização %u2013 estágio do capitalismo em que a mercantilização alcança dimensões inimagináveis (tudo vira mercadoria) e no qual a acumulação de riquezas se faz de forma exponencial pela via do mercado financeiro - impera a orientação neoliberal nas políticas públicas.

As políticas neoliberais prejudicam as mulheres. Esta é a principal conclusão da Plataforma Política Feminista. Por isto na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres atuamos sobre as diretrizes, e aprovamos todas as diretrizes que são anti-neoliberais. Fomos contra a dissociação entre política econômica e políticas sociais, e entendemos que toda política pública deve promover a igualdade e a cidadania para as mulheres.

Na oficina, o resultado do debate apontou que os movimentos sociais e seus aliados de esquerda, hoje e sempre, resistiram e tentam construir alternativas, a exemplo da luta por políticas de cotas, por políticas para mulheres (também ações afirmativas), por universalidade e defesa dos serviços públicos, direito à educação, por reforma tributária e mudanças na política econômica (SUS, FUNDEB, Fundo de Habitação, pelo Fim do Superávit Primário). Lutar por políticas específicas para as mulheres e pela garantia dos direitos das mulheres em todas as políticas públicas é um desafio do movimento feminista. Para chegar a estas conclusões, as participantes da oficina reviram a história da construção da Plataforma Política Feminista (PPF) e das propostas para I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres. Também debateram quais seriam as pautas prioritárias da PPF a serem recolocadas nas políticas públicas no novo Plano Plurianual de Governo (federal e estaduais) e na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. A discussão também considerou alianças a serem feitas neste processo.

OFICINA 8 - Radicalização da democracia política: pela ampliação da participação política das mulheres e pela reforma do sistema político

A oficina debateu a Plataforma dos movimentos sociais para a reforma política, destacando o que seria prioritário para o feminismo nesta Plataforma. As participantes aprofundaram os cinco eixos dessa Plataforma, discutiram prioridades do movimento feminista, por eixo, e a nossa estratégia de ação e de alianças para garantir a reforma política proposta pelos movimentos sociais.

OFICINA 9 - A luta feminista pelos direitos das mulheres, contra o superávit primário, por justiça contributiva e justiça distributiva nas finanças públicas

A efetivação de direitos das mulheres exigem a disputa pelo financiamento público para as políticas sociais, que vem sendo reduzido e comprometido nos últimos anos pela hegemonia neoliberal. A política de superávit primário para pagamento dos serviços da dívida é uma das principais formas de retirada dos recursos das políticas públicas, (principalmente da Seguridade Social), fundamentais para garantir direitos como saúde e para autonomia econômica para as mulheres. Também é necessário garantir recursos através da taxaço das riquezas e inverter a lógica de contribuio (impostos). Hoje, paga mais quem tem menos. A taxaço do grande capital é uma das maneiras de fazer valer a justiça contributiva e redistribuir a riqueza produzida pela maioria, mas apropriada por poucos. As lutas por financiamento público para políticas universais são indispensáveis na luta feminista para efetivar os direitos das mulheres.

Na oficina, as participantes discutiram justiça distributiva e contributiva, orçamento público e as iniciativas dos movimentos sociais e, mais especificamente, da AMB para democratizar o orçamento com ênfase em transparência, participação e controle social.

Entre os pontos críticos, foi apontado o baixo orçamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e a ausência de orçamento para o CNDM, além da necessidade de sustentar que não há déficit na previdência. No orçamento global, as participantes concluíram que é preciso manter a defesa do fim do superávit primário e definir posição sobre a desvinculação de receitas da União e sobre o financiamento do SUS.

OFICINA 10 - Refletindo sobre as formas de dominação patriarcal

As velhas formas de dominação patriarcal continuam. E novas formas surgem, aprofundando as desigualdades na vida das mulheres e alimentando vários aspectos da dominação, como o fundamentalismo religioso, a exploração no trabalho, a pouca participação política e o abuso do corpo e da imagem da mulher, só para citar exemplos do cotidiano. A oficina trabalhou sobre quais desafios estão colocados para o feminismo, na perspectiva de resistência a esta dominação e de construir fundamentação para compreendermos melhor este processo, nos processos de formação política e nas demais ações do movimento.

OFICINA 11. Mulheres e liberdade sexual: pela livre orientação sexual, garantia dos direitos sexuais e o fim das interdições sobre a sexualidade das mulheres

A liberdade de expressão da sexualidade e liberdade de vivência da sexualidade para as mulheres, em suas múltiplas possibilidades, é uma conquista e uma luta central no feminismo. No contexto do agravamento do conservadorismo e de ampliação da mercantilização do corpo e da imagem da mulher, este desafio torna-se mais imperioso. As questões centrais da oficina foram: "Como dialogar com a sociedade para construção de condições favoráveis para vivência da sexualidade livre?"; "Que desafios as lutas por livre orientação sexual têm colocado para o movimento feminista?" E ainda "Como garantir os direitos sexuais na lei e na vida cotidiana?".

Oficina 12 - Auto-determinação reprodutiva: pelo direito das mulheres de decidir sobre ter ou não ter filhos(as) e pelo fim das interdições sobre os direitos reprodutivos

As participantes refletiram sobre a problemática de ter ou não ter filhos no Brasil, hoje. Entre as questões centrais do debate, discutiram sobre limites ao desejo de ter filhos e criá-los; empecilhos e dificuldades para evitar filhos (acesso à contracepção); e obstáculos quando se decide interromper uma gravidez indesejada. O tema foi debatido no plano dos direitos das mulheres sobre o seu próprio corpo, no plano das legalidades e no plano da política de saúde pública.

Cada participante também falou um pouco sobre a luta pelo direitos reprodutivos no seu Estado (fóruns) ou no seu movimento. Na rodada final, refletiu-se sobre as formas de luta necessárias para avançar nos direitos reprodutivos para todas as mulheres.

Fonte: AMB, www.articulacaodemulheres.org.br e Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).